



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2024
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC)

Apresentação: 04/12/2024 09:41:35,900 - Mesa

RIC n.4504/2024

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, sobre a previsão de gasto de R\$ 450 milhões destinados à aquisição de terras para fins de reforma agrária, em atendimento às demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inc. V, 115, I, e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, solicito que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Senhor Paulo Teixeira, sobre a previsão de gasto de R\$ 450 milhões destinados à aquisição de terras para fins de reforma agrária, em atendimento às demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta honrosa Casa, solicitam-se as seguintes informações:

- Quais são os critérios objetivos e transparentes que o ministério está utilizando para a compra das terras destinadas à reforma agrária? Como o governo garante que esses recursos, que totalizam R\$ 450 milhões, estão sendo alocados de maneira eficiente, sem favorecer grupos específicos ou serem usados como moeda de troca política?

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247049545300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Apresentação: 04/12/2024 09:41:35.900 - Mesa

RIC n.4504/2024

- Ministro Paulo Teixeira, o senhor mencionou diferentes fontes de recursos para financiar o programa Terra da Gente, como os R\$ 450 milhões previstos para a compra de terras, os R\$ 700 milhões remanescentes de 2000 e os R\$ 300 milhões em créditos. Poderia detalhar como esses recursos serão mobilizados e comprovar a origem e legalidade dos fundos, especialmente em relação aos recursos inativos há mais de duas décadas e a possível adjudicação de terras de grandes devedores à União?
- Como o governo justifica a alocação de R\$ 450 milhões para a compra de terras, em um momento em que o Brasil enfrenta dificuldades econômicas, com setores como saúde e educação demandando mais investimentos? O senhor acredita que este é o uso mais apropriado dos recursos públicos?
- Durante o lançamento do programa, foi anunciada a previsão de R\$ 520 milhões para 2023. Agora, esse valor foi reduzido para R\$ 450 milhões. O que motivou essa redução e como essa mudança afetará a meta de assentar 73 mil famílias neste ano? Houve falhas no planejamento orçamentário do governo?
- O senhor mencionou a descoberta de quase R\$ 700 milhões de recursos do ano 2000. Por que esses recursos estavam inativos por tanto tempo, sem qualquer destino claro, e como o governo pretende garantir que a administração dos fundos será feita de forma adequada e transparente daqui em diante?
- O governo menciona a possibilidade de adjudicar terras de grandes devedores para a União. Quais são os critérios para essa adjudicação e como o governo pretende garantir que esses processos não resultem em questionamentos jurídicos, que possam comprometer a segurança jurídica e desestimular novos investimentos no setor agrícola?
- O governo anunciou que o programa Terra da Gente aumentará em 877% o número de famílias assentadas em comparação ao período de 2017 a 2022. No entanto, até o momento, quais resultados concretos foram alcançados? Quantas famílias já foram efetivamente assentadas desde o início do programa e qual a projeção realista para os próximos meses?

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247049545300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, sobre a previsão de gasto de R\$ 450 milhões destinados à aquisição de terras para fins de reforma agrária, em atendimento às demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê gastar R\$ 450 milhões para comprar terras destinadas à reforma agrária, uma exigência frequente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que já chegou a criticar fortemente o antigo aliado ao longo do primeiro ano desta terceira gestão. A estimativa do ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, faz parte do programa Terra da Gente, lançado em abril dentro de uma iniciativa que Lula apelidou como “prateleira de terras” para que o MST não precisasse mais invadir propriedades particulares. “Nós vamos chegar a R\$ 450 milhões até o final do ano nessa prateleira de compra de terras”, disse Teixeira em entrevista à Folha de S. Paulo publicada neste domingo (13).

Deste montante, pelo menos R\$ 200 milhões já foram utilizados, e o restante será liberado em breve, segundo o ministro. Em abril, durante o lançamento do programa, esperava-se um valor maior, de R\$ 520 milhões apenas para este ano – montante que seria suficiente para assentar 73 mil famílias, conforme informado pelo Palácio do Planalto na época.

Também na ocasião do lançamento, o governo previa assentar 295 mil famílias até 2026, as quais seriam incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo 74 mil novas famílias assentadas e 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos já existentes.

Teixeira afirmou que, além dos R\$ 450 milhões, o ministério “cavou, cavou e cavou” e encontrou quase R\$ 700 milhões em recursos do ano 2000 – ainda remanescentes do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – que serão somados a R\$ 300 milhões em créditos que aguardam aprovação do Congresso.

Esse montante, que totaliza R\$ 1 bilhão, será utilizado como crédito de instalação para os assentados. Há, ainda, a possibilidade de realizar a adjudicação de terras, o que transferiria

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/governo-gastar-450-milhoes-comprar-terras-mst/amp/>

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

imóveis de grandes devedores à União, além de utilizar terras que já estão no patrimônio do Banco do Brasil. Essas duas iniciativas, no entanto, ainda dependem do Ministério da Fazenda para serem efetivadas.

Ainda durante o lançamento do programa, o governo afirmou que o Terra da Gente e as novas alternativas de obtenção de terras ampliariam em 877% o número de famílias assentadas, em comparação ao período de 2017 a 2022.

Nesse sentido, tendo em vista estas questões relevantes, apresentamos o presente requerimento com a finalidade de desanuviar as dúvidas relativas sobre a previsão de gasto de R\$ 450 milhões destinados à aquisição de terras para fins de reforma agrária, em atendimento às demandas do MST.

Por fim, incumbe salientar que a solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 252/2024, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, que foi transformado em requerimento de informação, quando da aprovação pelo plenário desta Comissão, na reunião extraordinária do dia 27/11/2024.

Sala da Comissão, em 3 de dezembro de 2024.

Deputado **Joseildo Ramos**
Presidente

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247049545300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos

Apresentação: 04/12/2024 09:41:35.900 - Mesa

RIC n.4504/2024

